

A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

ALDA MOURÃO
ANGELA DE CASTRO GOMES
COORDENAÇÃO

Três personagens e a história da Primeira República no Brasil

Américo Freire

NA VIRADA DO SÉCULO XX PARA O XXI, NA ESTEIRA DAS PROFUNDAS MUDANÇAS por que tem passado o saber histórico, deu-se um novo ciclo de estudos centrados na vida de um determinado personagem. Por variantes de pesquisa, nos últimos tempos, tenho também sido levado a penetrar nessa seara, ainda que não esteja em minha agenda enfrentar o que François Dosse (2009) chamou apropriadamente de *desafio biográfico*. Em lugar disso, tenho produzido alguns exercícios de microanálise voltados para o acompanhamento do itinerário de personagens que podem me ajudar a melhor compreender a complexidade do político na Primeira República brasileira. Caso queiramos nos valer das classificações de Giovanni Levi (2006), em seu conhecido estudo sobre os usos da biografia, poderia dizer que alguns de meus últimos trabalhos podem ser vistos — com alguma boa vontade — na linha das biografias modais ou ilustrativas, ou seja, as que têm por principal objetivo abrir janelas para o exame de processos políticos e socioculturais mais amplos.

Neste texto, apresento alguns resultados desses exercícios biográficos, concentrando o foco de minha atenção no estudo do itinerário de três personagens da Primeira República brasileira. Por meio destes experimentos, é meu objetivo discutir algumas questões que dizem respeito à historiografia política do período em tela, além de propor linhas de investigação relativas à estruturação de algumas vertentes republicanas, com especial revelo à que, à falta de melhor designação, tenho chamado de “radicalismo à brasileira”.¹

¹ Sobre a noção “radicalismo à brasileira” empregada neste texto, conf. Freire (2009:131-45).

Para começar, cabe um breve registro de cunho historiográfico. Como há tempos tem-se sublinhado, os estudos sobre a Primeira República brasileira, particularmente os que se referem às relações entre Estado e sociedade, estiveram por décadas a caracterizar o primeiro experimento republicano brasileiro como um mero equívoco; mais, como um desvio de rota, um *gap* no processo de construção do espaço público no país. Para autores de diferentes matizes, o país, durante 40 longos anos, esteve à deriva e nas mãos de um condomínio oligárquico (p. ex., Santos, 1993:20). O símbolo-mor de tudo isso seria o Rio de Janeiro — a sede do poder federal —, uma cidade cindida entre uma lógica institucional ilegítima e uma lógica popular informal e por vezes rebelde.

Nas últimas décadas, com o crescente avanço dos estudos acadêmicos, este tipo de abordagem vem perdendo força, embora ainda se mantenha com alguma expressão junto aos divulgadores e aos formadores de opinião pública. A despeito desses avanços, continuo a subscrever as palavras de Renato Lessa (1988:12) quando afirma que continuamos a

saber pouco a respeito da ordem política que se implantou no Brasil com o golpe republicano de 1889. Aspectos fundamentais para o entendimento de qualquer ordem política contemporânea, tais como a formação e desempenho das burocracias públicas, papel e comportamento do Legislativo e geração e modos de domesticação das crises políticas, entre outros, permanecem inexplorados com relação aos anos da primeira República.

Portanto, uma vez que há uma larga avenida a ocupar, tratemos de apresentar nossas breves notas acerca de três protagonistas republicanos. São eles: Lauro Sodré, Augusto de Vasconcelos e Irineu Machado — três figuras que tiveram um papel de relativo destaque na política nacional e que terminaram por praticamente desaparecer da história e da memória republicanas.²

Os dois primeiros nasceram na década de 1850 e tinham pouco mais de 40 anos quando do advento do regime republicano. O último, nascido em 1872, era um jovem de vinte e poucos anos quando passou a integrar as lides republicanas cariocas.

² Os dados biográficos apresentados a seguir são encontrados em Abranches (1918), Franco (1955), Sodré (1970) e Conniff (2006).

Lauro Sodré teve longa e atribulada carreira, morrendo já no fim da Era Vargas, em 1944, com 86 anos. Dois anos antes, Irineu veio a falecer com 70 anos. Desde a Revolução de 1930, já haviam abandonado a vida político-partidária, tornando-se exemplares vivos do que as forças vencedoras passaram a chamar de os “carcomidos”, ou seja, os ultrapassados políticos identificados com o *Ancien Regime*. Já Augusto de Vasconcelos morreu em 1915, com pouco menos de 60 anos e no auge da carreira política.

Parafrazeando o escritor e educador brasileiro Darcy Ribeiro, polemista de nascença e que esteve em Portugal por muitas vezes, pode-se dizer que nossos três personagens “chegaram ao céu” — isto é, foram eleitos para o Senado Federal —, a casa legislativa brasileira que representa os estados. E ainda melhor: todos foram reeleitos, só que dois deles — Lauro e Irineu — tiveram sua estada no céu interrompida pela Revolução de 30. Todos eles também representaram a cidade do Rio de Janeiro — então sede do governo — no Senado Federal, ainda que somente Vasconcelos e Irineu possam ser considerados políticos cariocas, já que Lauro Sodré apenas por uma vez teve seu nome sufragado pelo eleitorado do Rio. Nas demais vezes que assumiu cargos públicos, seja como governador de estado, seja como senador, o fez por seu estado natal, o Pará.

Em certas ocasiões, formaram lado a lado para defender projetos em torno dos interesses dos militares ou do Rio de Janeiro, mas, em geral, estiveram em campos opostos, bem expressando algumas das principais tendências republicanas. Vejamos. Começemos por Lauro Sodré.

Lauro era militar. Neto e filho de militares, cursou a escola militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro — um dos principais focos de agitação militar nos tempos finais do Império e nas primeiras décadas republicanas —, tornando-se discípulo dileto do professor e conspirador republicano Benjamin Constant. Com a proclamação da República, teve carreira militar e política meteórica: o tenente auxiliar de ensino de novembro de 1889 tornar-se-ia, no ano seguinte, major por merecimento e lente catedrático da Escola Superior de Guerra.³ Nos anos seguintes, daria início à carreira política, elegendo-se deputado constituinte e em seguida governador de seu estado natal.

³ Sobre a mocidade militar e a trajetória ascendente de Lauro Sodré, conf. Castro (1995).

Sua rápida ascensão não se deu por acaso. Como muitos analistas já apontaram, o advento republicano brasileiro teve nítidas cores militares, na medida em que coube ao Exército a liderança do movimento que pôs abaixo o regime imperial. Depois disso, coube a dois oficiais desta arma o exercício da presidência da República.

Para muitos militares, o golpe republicano fora voltado fundamentalmente para salvar o país dos “casacas” — ou seja, dos políticos civis — e lavar a honra do Exército antes vilipendiada pelo governo imperial. Os militares, porém, não tiveram fôlego para permanecer no poder e terminaram sucumbidos pela falta de clareza sobre o que fazer com o poder e pelas inúmeras dissensões internas. Em 1894, saíram do poder divididos e descontentes com os rumos da República, que, a partir daquela data, tomaria feições civis.

Durante os anos dos governos militares, marcados por inúmeros conflitos e por revoluções que contaram com alguma presença de forças do regime decaído, tomou corpo no Rio de Janeiro um fenômeno político-social de envergadura autodenominado jacobino — um movimento constituído por camadas médias urbanas que defendiam a ferro e fogo o governo republicano. Em seus jornais e *meetings*, combatiam a herança portuguesa, entendida como retrógrada e antinacional, e defendiam de forma entusiasta os militares e o governo do marechal Floriano Peixoto, visto como principal responsável pela garantia da ordem republicana.⁴

Lauro Sodré, por muitas razões, terminou por se constituir em estuário de um conjunto de forças políticas que viu nele a perspectiva de manter viva a construção de uma verdadeira República, longe tanto das ameaças monarquistas como da tibieza dos governos civis.

Além de militar e professor, Lauro foi também maçom e positivista. Mais do que isso: propunha-se divulgador do ideário positivista. Durante a Constituinte de 1890, foi um dos principais defensores das proposições dos positivistas na defesa da liberdade religiosa e da separação Estado/Igreja — medidas essas que terminam por ser consignadas no texto constitucional. Em 1896, ao sair da chefia do governo do Pará, escreveu um opúsculo, sob o título *Crenças e opiniões*, em que explicita seu apoio a Comte e se defende de acusações de

⁴ A respeito do jacobinismo, cf. o trabalho clássico de Queiroz (1986). Sobre o florianismo, ver Penna (1997).

ateísmo, de perseguidor da Igreja e de defensor da tirania republicana. Nesse trabalho, Sodré apresenta-se como um positivista não ortodoxo, isto é, como alguém que segue uma linha de conduta baseada na doutrina comteana, sem, no entanto, defender medidas que suprimissem os institutos liberais. Dizia-se, antes de tudo, um homem de governo disposto a transigir caso fosse necessário (Sodré, 1896).

Lauro foi ainda um florianista de “primeira água”, ou seja, esteve o tempo todo ao lado do marechal, postura que lhe rendeu também bom respaldo junto a diferentes setores políticos — seja a plêiade de militares que seguiam a liderança de Floriano, seja o de grupos republicanos históricos descontentes com os rumos moderados dos governos civis, seja também do jacobinismo carioca, em luta aberta contra esses mesmos governos que estavam a abrir espaços para os “inimigos da República”.

Tudo isso fez de Lauro o herdeiro de dois heróis republicanos — de Benjamin Constant, o professor-militar e positivista, e de Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro” e “Consolidador da República” —, credenciando-o a assumir a ponta de lança da oposição ao governo Prudente de Moraes, fato que resultou no lançamento de seu nome na chapa oposicionista nas eleições presidenciais de 1898.

Em seu programa de governo estiveram temas como a defesa da Constituição de 1891 e da “honra republicana”; o combate à tutela presidencial e a defesa da estabilização econômica. O principal lema da oposição era “governar a República pela República”.

Em 1897, um evento selou a sorte do jacobinismo e afetou sobremaneira qualquer possibilidade de vitória de Lauro nas eleições presidenciais: o atentado levado adiante por um simpatizante jacobino contra a vida do presidente Prudente de Moraes. O frustrado atentado resultou na morte do ministro do Exército e na abertura da temporada de caça aos jacobinos e a seus aliados. Com isso, a frente oposicionista esfacelou-se e com ela a candidatura Lauro Sodré. Nas eleições foi eleito um de seus inimigos diletos: o paulista Campos Sales.⁵

Os anos seguintes marcam o declínio do radicalismo republicano, seja em sua face militar/florianista, seja em sua face civil/jacobina. Como consequência,

⁵ A respeito da candidatura de Lauro Sodré e da vitória de Campos Sales, cf. Abranches (1973).

Lauro vê sua liderança política esvaziada seja no plano federal, seja no plano estadual, chegando mesmo a encontrar dificuldades para reunir apoio para eleger-se em seu estado natal. Para retomar sua carreira política, resolveu lançar seu nome a uma cadeira ao Senado pela cidade do Rio de Janeiro, aonde buscaria apoio uma vez mais na mocidade militar e junto a setores da opinião pública carioca ainda sensíveis ao discurso radical republicano. Para isso, contou com o respaldo decisivo do *Correio da Manhã*, um diário recém-criado e que se tornaria um verdadeiro arraial das forças oposicionistas de inspiração radical. Em curtíssima campanha eleitoral — de apenas sete dias — Lauro Sodré elegeu-se senador pelo Rio de Janeiro, desbancando nomes apoiados pelas principais forças partidárias cariocas. A crônica dessa campanha demonstra cabalmente a capacidade de mobilização de forças remanescentes do radicalismo que, uma vez mais, tinham em Lauro Sodré seu principal nome.⁶

No ano seguinte, 1904, Lauro Sodré deixaria de lado seus pendores legalistas e sua defesa dos institutos liberais quando lideraria um golpe militar contra o governo do presidente Rodrigues Alves. O golpe deu-se em meio a uma rebelião popular que virou pelo avesso a capital republicana: era a Revolta da Vacina. Da tribuna do Senado, dias antes do levante, defendia abertamente a insurreição popular. Dizia ele: “Por que ter assombro, por que ter medo das revoluções quando elas são salvadoras? Não faz Revolução quem quer. Revoluções são fatos sociais, são fatos naturais”.⁷

Sodré foi ferido, preso e processado por sedição contra o governo federal. Um ano depois, já anistiado, receberia uma espada de ouro de seus correligionários em concorrida cerimônia, na qual não apenas justificaria o golpe como propôs a fundação do Partido Republicano Nacional — concebido por ele como o instrumento dos “republicanos puros e contrários aos compromissos e transações dos antigos monarquistas” (apud Franco, 1973:434). Nada disso foi adiante. Depois do levante, terminaria por perder definitivamente a condição de importante ator político nacional, mantendo-se, no entanto, como um dos líderes políticos de seu estado, voltando anos depois a exercer a governadoria do Pará.

⁶ Acompanhar a campanha e a vitória de Lauro Sodré no Rio de Janeiro em Freire (1997).

⁷ *Anais do Senado Federal*, 9 nov. 1904.

Como se pode verificar nesse brevíssimo painel, o itinerário de Lauro Sodré nos abre condições para pensarmos um pouco melhor a respeito de fenômenos ainda mal explorados pela historiografia brasileira, a despeito dos avanços dos últimos anos. Sodré, como vimos, era uma figura plural, múltipla, com amplo trânsito em diferentes grupos. Exatamente por isso, passou, em um determinado momento, a reunir condições para reunir em torno de si uma ampla corrente de opinião — que agregava históricos e radicais de diversos matizes, civis e militares — que interpela as forças hegemônicas liberais pelo discurso da afirmação da “verdadeira república”. Sua candidatura pode ser vista como a primeira experiência mais consistente, no plano político, do fenômeno do radicalismo republicano brasileiro, aqui entendido também em seu sentido amplo, plural e também circunstancial, como sói acontecer em política.

A crise aberta pelo atentado jacobino, além da competente atuação de Campos Sales no sentido de neutralizar quaisquer ameaças de cunho partidário, terminaram por selar a sorte desse experimento. Sete anos depois, na Revolta da Vacina, Sodré partiu sozinho para o confronto, contando apenas com o apoio de seus jovens adeptos militares. O golpe militar — capítulo esquecido de um evento bem mais expressivo —, a Revolta da Vacina, foi o réquiem desse primeiro experimento radical.

Augusto de Vasconcelos é nosso segundo personagem. Sua trajetória foi bastante distinta da de Sodré, ainda que ambos estivessem juntos no Senado por um bom tempo — cerca de 11 anos. Como veremos a seguir, Vasconcelos é animal político de outra espécie. Vejamos qual.

Carioca, filho de fazendeiros, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Nos tempos do Império, manteve ligações com o Partido Liberal, chegando a exercer o cargo de delegado de higiene em áreas afastadas do centro do Rio de Janeiro. Com o advento da República, tratou logo de aderir ao novo regime. Dizia, em seus pronunciamentos, “Aceitei a República e a ela tenho servido com dedicação e lealdade. O que não posso é, adotando a República, dizer publicamente que sou republicano, e nos meus atos manifestar-me inteiramente contrário a ela. É isto que não posso fazer nem faço”.⁸

⁸ *Anais do Conselho Municipal*, sessão de 5 abr. 1893.

Sem os atributos e o capital político de Sodré e Irineu Machado — carisma pessoal e contatos com figurões republicanos —, Vasconcelos fez uma carreira típica de *parlamentar de província*, isto é, foi aos poucos galgando posições mais altas até assumir, em 1906, a cadeira de senador e a chefia política da capital federal.

Já na primeira eleição municipal disse a que veio: foi eleito o intendente mais votado do Rio de Janeiro, contando para isso com o eleitorado fiel de Campo Grande, seu reduto eleitoral. Em ação conjunta com dois outros médicos de áreas rurais da cidade, formaria a mais poderosa fortaleza política da cidade do Rio de Janeiro: era o chamado *grupo do triângulo*, que comportava os distritos de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Seu peso eleitoral o credenciou a aproximar-se de lideranças radicais das zonas urbanas da cidade, vindo a formar e liderar duas agremiações que deram o tom da vida política da capital até sua morte, em 1915, a saber, o Partido Republicano Federal (PRF) e o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF).

Como até agora temos visto, os 10 primeiros anos republicanos foram marcados por intensas crises políticas — foram os “anos entrópicos”, na linguagem de Renato Lessa. Vasconcelos passou praticamente incólume por inúmeras crises, seja a do atentado presidencial, seja a do golpe militar liderado por Sodré no âmbito da Revolta da Vacina. Em geral, adotou uma postura discreta, buscando manter equidistância entre as forças radicais e o oficialismo, ainda que, por razões de natureza político-eleitoral, mantivesse certa proximidade com grupos mais radicais do republicanismo.

Por tudo isso, Vasconcelos passaria a enfrentar duras críticas por parte de alguns dos principais jornais da cidade, que o viam como um lídimo representante da baixa política e do atraso. José do Patrocínio, por exemplo, o conhecidíssimo “tigre da abolição”, não poupava críticas a Vasconcelos em seu *Cidade do Rio*, a quem chamava de forma pejorativa de “Dr. Rapadura”, em alusão às origens rurais de sua família. O *Correio da Manhã*, aqui já mencionado, ia além nas críticas a Vasconcelos, a quem se referia como um dos chefes do “sindicato da fraude” na cidade do Rio de Janeiro.

A manifestação enfática de jornalistas de prestígio era mais do que denúncia: expressava também um sinal de declínio de lideranças e grupos que estiveram à frente do movimento que pôs abaixo o regime imperial, como o próprio Patrocínio, mas que, com o decorrer do tempo, foram perdendo espa-

ços de poder para políticos de perfil mais local e com capacidade de arregimentação e manutenção de clientelas seguras.

Na região do “triângulo”, Vasconcelos e seu grupo, ao lado de exercerem o papel de chefes políticos tradicionais em suas relações pessoais com os “clientes”, mantinham também forte influência na intermediação entre os serviços públicos e a população. Dessa forma, produzia-se o cruzamento entre o poder privado e o público, dando margem à constituição de um padrão político híbrido, complexo, típico do que o historiador português Fernando Farelo bem designou como “clientelismo de transição”, em que, devido ao avanço do poder público nas áreas mais afastadas,

os bens e serviços fornecidos pelos patronos tradicionais tornam-se pouco relevantes comparativamente aos que são proporcionados por fontes exteriores, nomeadamente pelo Estado. Ao lado dos patronos tradicionais, cuja sobrevivência amiúde passa pela sua conversão ao papel de intermediários entre o centro e a periferia, surgem novos mediadores especializados (notários, médicos e professores...). O vínculo de patrocínio faz-se mais instável e pragmático (e, portanto, menos intenso) do que no passado, embora nele se conservem a personalização e algum conteúdo moral (Lopes, 1993:17-18).

Vasconcelos e seu grupo desapareceram da história sem deixar muitos rastros. Em minhas pesquisas, levantei poucas análises acerca de sua trajetória, e duas delas merecem aqui ser registradas.

Afonso Arinos de Melo Franco, por exemplo, faz menção a Vasconcelos em um episódio em que se encontra em franca oposição a Rui Barbosa, um dos maiores nomes do liberalismo brasileiro. Ao defender as posições liberais de Rui Barbosa, Melo Franco caracteriza Augusto Vasconcelos como um “velho *soba* do sertão carioca”, ou seja, como um exemplar das trevas, da ignorância, uma verdadeira reminiscência de líder *africano* presente nos arredores da capital do país. Daí, não por acaso, processa-se a mudança da alcunha pejorativa: não mais Doutor Rapadura, mas sim “Senador Rapadura” (Franco, 1955:689).

Mais recentemente, outro autor, Marcos Veneu (1997:45-72), ao lidar com aspectos constitutivos da política carioca, propõe examinar a atuação de Vasconcelos e de seu grupo como práticas assemelhadas ao chamado modelo coronelista, entendido pelo autor como marcado pelas relações de dependência pessoal entre o grande proprietário e seus “protegidos”.

Como já pudemos perceber, creio que lidar com a figura de Vasconcelos desse prisma — qual seja, a de um exemplo de liderança insulada em sua localidade, reproduzindo o jogo político paroquial em troca de favores —, é não entender que estamos diante de outro fenômeno, bem mais complexo e certamente bem mais importante para a história da cidade e da República brasileira. Caso adotemos a classificação de Robert Dahl (1988) acerca dos tipos de liderança política, é possível afirmar que Vasconcelos foi inegável e coerentemente um “político negociador”. Não há traços de radicalização em seu discurso ou mesmo a defesa intransigente de princípios. *Pari passu* à sua ascensão na vida política, afasta-se da tribuna, passando a adotar cada vez mais uma política de bastidores. Em nenhum momento deixa de exercer um rígido controle sobre suas bases eleitorais e sempre mantém as portas abertas para a negociação com o governo federal.

Em suma, para não nos alongarmos mais, creio que vale insistir na seguinte hipótese de trabalho: Vasconcelos seria a expressão de uma *tradição constitutiva* da política formal na cidade do Rio de Janeiro que se caracterizou por *conciliar, sem grandes embaraços, a política clientelista e a estruturação partidária*. Esta tradição, possivelmente inaugurada no império, deitou raízes na República e até hoje marca fortemente a cultura política republicana carioca.⁹

Fiquemos por último com Irineu Machado. Nascido no Rio de Janeiro, como Vasconcelos, Irineu formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Recife e doutor em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Muito novo, apenas com 22 anos, já acumulava três empregos públicos: era funcionário público na Estrada de Ferro Central do Brasil e no Ministério da Marinha, além de dar aulas na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1895, perderia um desses empregos ao proferir violento discurso contra o governo Prudente de Moraes na frente do próprio presidente, quando das cerimônias fúnebres de Floriano Peixoto.

Irineu, como Lauro Sodré, teve carreira política meteórica e ascendente. Em 1896, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro pela primeira vez

⁹ Sobre o tema do localismo na política carioca republicana, cf. Freire (2010). Ver ainda Freire e Sarmiento (2004:21-51).

com 24 anos, sendo a partir daí reeleito sucessivas vezes até alcançar a senatoria em 1916. Nos anos 1910, ganhou projeção nacional como uma das principais figuras do movimento civilista de Rui Barbosa, fato esse que o levou a cair nas graças do já referido *Correio da Manhã*, com qual manteve relação bastante próxima até meados dos anos 1920. Nos anos 1920, ainda como senador, tornara-se um dos figurões da vida política carioca e republicana até a Revolução de 1930, quando finalmente afastou-se da vida político-partidária.

Seu nome esteve muitas vezes associado a polêmicas de toda ordem, seja nos tempos iniciais da República, quando militou no jacobinismo florianista, seja, já nos anos 1920, quando veio a ser acusado de fazer parte de conspirações político-militares com o intuito de derrubar o poder instituído. Nessa ocasião em particular, foi alvo de uma das mais temidas armas do situacionismo: a “degola política”, isto é, foi excluído da vida parlamentar pelo não reconhecimento de sua eleição pelo comitê de verificação de poderes. Por causa disso, passaria anos fora do país para finalmente voltar ao Brasil e ao Senado, agora já com ímpeto bem mais contido.

No decorrer de sua longa carreira política, Irineu esteve à frente ou apoiou sucessivos movimentos que interpelaram as estruturas políticas vigentes — seja o já citado jacobinismo, seja o civilismo, seja o tenentismo dos anos 1920. Por vezes, também procurou compor com líderes do perfil de Vasconcelos para participar de agremiações partidárias, ainda que claramente se sentisse mais confortável na dissidência, na atuação política avulsa, na posição de franco atirador. Valendo-se novamente de Dahl (1988), o tribuno Irineu era a expressão acabada de um “agitador político”, ou seja, um homem de princípios interessado em conhecer “*qual é a opinião pública para alterá-la no sentido do que deve ser*” (grifos do autor). Para o autor, o “agitador” contrapunha-se, antes de tudo, ao oportunismo e ao pragmatismo do “negociador”, interessado apenas em responder e atender à opinião pública.

A respeito desse personagem que marcou época na tribuna da Câmara e no Senado na Primeira República há também poucas indicações bibliográficas. Ainda assim, é possível dividir os escritos sobre o personagem em tela em duas vertentes. Vejamos.

Em uma delas, presente na crônica política contemporânea e nos escritos da historiografia política liberal do já citado Afonso Arinos de Melo Franco, o nome de Irineu costuma ser associado à história do movimento civilista, dei-

xando-se estrategicamente de lado, por exemplo, seu passado de líder jacobino florianista (Franco, 1955:623).

José Vieira, por exemplo, faz de Irineu um dos personagens-chave em seu delicioso livro de crônicas intitulado *Cadeia Velha: memórias da Câmara dos Deputados*. Por meio de um estilo divertido e irônico, o autor cria a figura de um político polêmico, arrebatador de plateias, um tribuno incorrigível capaz de desconcertar seus adversários fiéis ao governo Hermes da Fonseca. Para Vieira (1980:192), “Irineu era talentoso, combativo e muito popular. Já se tem revelado com tendências para o socialismo. As condições políticas impedem-no de combater por ideias que, decerto, professa.”

Já Sertório de Castro apresenta uma dimensão menos pitoresca de Irineu. Em seu *A República que a revolução destruiu*, publicado em 1932, o autor, em tom incisivo, coloca o tribuno carioca ao lado de Rui Barbosa no panteão da campanha civilista, vista pelo autor como “radiosa”, “esplendorosa”. Na Câmara, afirma Castro (1982), os líderes civilistas iluminavam aquele recinto tradicional com a eloquência de oradores como Pedro Moacyr, Irineu Machado, Barbosa Lima e outros.

Afonso Arinos de Melo Franco também registra a importância de Irineu na luta dos civilistas contra os desmandos da vida política na Primeira República. Para ele, Irineu, Alcindo Guanabara e Barbosa Lima eram a “trinca de ases” da Cadeia Velha em 1909, destacando-se por sua combatividade e cultura (Franco, 1955:623). Melo Franco, no entanto, não deixa de chamar atenção para determinados episódios na vida e na carreira política de Irineu, os quais colocam em xeque a imagem de tribuno civilista construída por autores como José Vieira e Sertório de Castro. Dessa forma, Melo Franco, o retira, sem pejo, da galeria de heróis que compõem a sua apologia liberal (Franco, 1955:644).

Uma segunda vertente tem origem em meados dos anos 1970 e começo da década seguinte, em meio ao ciclo de renovação dos estudos relativos aos “movimentos sociais urbanos”. Na ocasião, alguns autores fazem menção direta à participação de Irineu em episódios críticos da Primeira República.

O historiador Michael Conniff, por exemplo, em seu trabalho clássico sobre a política urbana no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, promove o deslocamento da figura de Irineu da posição de herói civilista ou de “demagogo amoral” para outro lugar, bem mais confortável: o de precursor do fenômeno populista brasileiro. Para ele, Irineu teria “ajudado a revolucionar a política do

Rio, afastando-se da estreita representação clientelista e dirigindo-se para uma ampla coalizão de forças, usando qualidades carismáticas e pregando a reforma social” (Conniff, 2006:96).

Portanto, como se percebe, temos muito pouco material analítico sobre Irineu, para além de informações esparsas e leituras rápidas sobre seu papel na vida política carioca e fluminense. Mesmo em Conniff, o autor que mais se deteve em examinar sua trajetória, o que temos é pouco mais do que um arquétipo do líder contestador com muito carisma e pouca convicção. De alguma forma expressando as análises típicas da década de 1970, Conniff viu em Irineu um reformador *avant la lettre*, a ultrapassar a estreiteza do clientelismo em direção à política de massas.

Considerações finais

Para concluir, tratemos de retomar nosso ponto de partida. Neste texto, ao chamar atenção para a trajetória de três líderes republicanos, não poucas vezes fizemos menção a um aspecto fundador, estruturante, constituidor dos estudos biográficos, sejam eles empreendidos ou não pelos historiadores: o do esquecimento, ou melhor dizendo, da luta empreendida contra o esquecimento. Neste “gênero impuro”, como quer o já citado François Dosse, cabe ao biógrafo o papel de “fazer justiça” a determinados personagens ou temas ou mesmo eras. A ele cumpre o desígnio de resgatá-los, revivê-los, retirá-los do olvido. Por outro lado, Fernando Catroga (2001:39-51) e outros já nos ensinaram acerca da relação ambivalente do historiador com a morte, já que nos cumpre também a função de zelosos coveiros.

Sobre a relação dos historiadores/biógrafos com a morte, Dosse cita um trecho bem humorado e interessante de Pierre Chaunu. Diz ele:

O empreendimento biográfico talvez convenha melhor à velhice, pois é necessário ter percorrido o caminho da vida para ser um bom biógrafo. E isso sem omitir o que nos parece bastante oportuno quando temos setenta anos: a maior parte dos biografados já morreu. Eles podem, de algum modo, nos ensinar a passar desta para melhor...

Como este não é o meu caso agora, pelo menos por enquanto, vejamos o tema do esquecimento da ótica do que tem nos interessado mais de perto neste evento acadêmico: as razões pelas quais esses e muitos outros personagens perderam-se na memória e na história. E aqui nos encontramos com as análises de Angela Castro Gomes e Martha Abreu (2009:11-24) a respeito dos conflitos político-memoriais e das formas pelas quais, durante a Era Vargas, foi instituído o “envelhecimento” deste experimento republicano.

A meu ver, o estudo desses três personagens abre um campo de possibilidades para problematizarmos algumas questões em torno das bases políticas do primeiro experimento republicano brasileiro, ou da “República Velha”, como outros ainda insistem.

Vasconcelos, por exemplo, seria, em tese, como vimos, um exemplo acabado de nosso atraso político; um espécime típico do localismo tacanho. Ainda nessa mesma linha, agora já sob a influência de concepções modernizantes e muito próprias da ciência política, seguidas acriticamente por muitos historiadores, nosso personagem seria um caso modelo de liderança de corte clientelístico a barrar o desenvolvimento de instituições liberal-democráticas. Portanto, haveria mesmo fundadas razões para se convalidar a tese de seus inimigos políticos contemporâneos, qual seja, a de que Vasconcelos nada mais é mesmo do que o “Dr. Rapadura” e estamos conversados.

Já há algum tempo, em especial desde meados dos anos 1990, este tipo de abordagem tem sido colocado em xeque por diferentes autores, muitos deles associados a correntes da análise que têm se voltado para o exame das sociedades contemporâneas e de suas instituições, tomando como objeto de análise o modo pelo qual as pessoas que participam da política concebem sua experiência. Daí, para determinados autores como Marcos Bezerra e outros, vinculados ao Núcleo de Antropologia da Política, um grupo de investigação coordenado por pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, há de se abordar o tema do clientelismo de outra perspectiva, distante das já citadas concepções modernizantes, como de uma de suas variantes, quais sejam, as que analisam as relações clientelísticas em seu papel para cobrir lacunas (*gaps*) ou falhas geradas pelo funcionamento inadequado das instituições sociais, relações essas que tenderiam a desaparecer em um contexto de pleno desenvolvimento das instituições (Bezerra, 1999:15; cf. ainda Kuschnir, 2000).

Para essa vertente de trabalhos, um pressuposto para um melhor exame do tipo de análise do fenômeno é considerá-lo não pelo crivo da anomalia ou da disfunção, mas como dotado de certa autonomia e racionalidade. Para Bezerra, por exemplo, há de se examinar a dimensão sociológica do jogo de trocas e favores presentes no fenômeno, para além de uma perspectiva reducionista que tende simplesmente a mercantilizar essas trocas. A seu ver, elas precisam ser vistas por um viés mais abrangente, como relações constitutivas do universo político (Bezerra, 1999:16).

Com base nisso, creio que examinar o itinerário de Vasconcelos pode nos ajudar a penetrar um pouco mais no cotidiano da política na Primeira República brasileira, ou seja, das práticas políticas que se fazem ao mesmo tempo à margem e no interior das instituições. Vasconcelos foi, antes de tudo, um mediador, um ator de trânsito entre monarquistas e republicanos; entre as áreas rurais e urbanas da capital; entre os moderados e radicais; entre a gramática das relações pessoais e das instituições. Foi ainda um construtor de partidos e legislador.

Na intercessão de diferentes “gramáticas políticas” também atuaram Sodré e Irineu, dois tribunos da República que marcaram sua atuação entre a insurreição, o golpe e a vida político-parlamentar. Creio que merecem ser examinados em conjunto com outros personagens do mesmo jaez e que mantiveram importante conexão com o jornal carioca *Correio da Manhã* na construção de um ideário e uma prática política associados ao radicalismo.

Referências

- ABRANCHES, Dunschee de. *Como se faziam presidentes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: M. Abranches, 1918.
- BEZERRA, Marcos. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CONNIFF, Michael. *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- DAHL, Robert. *Análise política moderna*. Brasília: Editora da UnB, 1988.

- DOSSE, François. *O desafio biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1955.
- _____. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- FREIRE, Américo. Entre a insurreição e a institucionalização: Lauro Sodré e a república carioca. *Revista do Mestrado em História (USS)*, Vassouras, n. 3, p. 39-86, 2000.
- _____. Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF, Niterói*, n. 26, p. 118-132, 2009.
- _____. Localismo e liderança na Primeira República brasileira. *Ler História*, Lisboa, n. 59, p. 49-64, Dez. 2010.
- GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “velha” República: apresentação. Dossiê Primeira República. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, p. 11-24, jan./jun. 2009.
- KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LOPES, Fernando Farello. *Poder político e caciquismo na Primeira República portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SODRÉ, Emanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Ed. do autor, 1970.
- SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1896.
- VENEU, Marcos. Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 45-69, 1987.
- VIEIRA, José. *A Cadeia Velha*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980.